



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 11

**A BOLSA DE VALORES, A TÊNIA
E O CAPITÃO DA ERUDIÇÃO:
UM MECANISMO EM TRÊS LIVROS DE THORSTEIN VEBLEN**

Otávio Florentino Detoni

São João del-Rei
Agosto de 2026

Detoni, Otávio Florentino
D482b A bolsa de valores, a tênia e o capitão da erudição: um mecanismo em três livros de Thorstein Veblen [recurso eletrônico] / Otávio Florentino Detoni . – São João del-Rei, MG: UFSJ / Departamento de Ciências Econômicas, 2026.
1 recurso on-line (17 p.) . (Texto para discussão ; n° 11).

Acesso em: https://ufsj.edu.br/dceco/textos_para_discussao.php
Inclui referências.

1. Sabotagem. 2. Economia institucional. I. Veblen, Thorstein, 1857-1929 – Crítica e interpretação. II. Título.

CDU 330.8

Bibliotecária responsável: Celsimara M. do C. Guimarães (CRB 6: 1963)
Setor de Processamento Técnico da Divisão de Biblioteca da Universidade Federal de São João del-Rei

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A Bolsa de Valores, a Tênia
e o Capitão da Erudição:
um mecanismo em três livros de Thorstein Veblen**

Otávio Florentino Detoni

Professor do Departamento de Ciências Econômicas (DCECO/UFSJ)

otaviodetoni@ufs.edu.br

Versão em português, com adaptações, de manuscrito submetido
ao *Journal of Economic Issues*. Disponibilizada para discussão
acadêmica.

DCECO/UFSJ
São João del-Rei
2026

Sumário

1. Introdução	2
2. Duas construções, duas perguntas: o mecanismo e a dicotomia	3
3. O mecanismo em 1904	4
4. A aplicação independente: o Estado dinástico (1915)	7
5. A aplicação co-original: os capitães da erudição (1918)	9
6. O desenho das aplicações e as condições de exclusão	12
7. Conclusão	15
Referências	16

RESUMO

O que uma bolsa de valores, o Estado prussiano e uma universidade têm em comum na obra de Thorstein Veblen? Este artigo mostra que os três seguem o mesmo mecanismo. Uma atividade produtiva funciona segundo critérios próprios, mas é controlada por agentes que buscam lucro, poder ou prestígio. Esses agentes tratam o controle como estoque de ganhos futuros, operação que Veblen chama de capitalização da capacidade presumida de geração de rendimentos, e o valorizam limitando ou desviando a atividade da qual dependem. Em *The Theory of Business Enterprise* (1904), os negócios subordinam a indústria e tornam a sabotagem uma conduta normal. *Imperial Germany and the Industrial Revolution* (1915) transfere a estrutura ao Estado dinástico, que converte eficiência industrial em poder bélico, em aplicação posterior e independente a um novo objeto. *The Higher Learning in America* (1918), nascido de um capítulo do manuscrito de 1904, leva o mecanismo à universidade, onde o prestígio passa a governar a produção de conhecimento, em aplicação co-original. O caso alemão troca o agente do controle; o universitário troca a atividade controlada. A repetição com variações revela uma teoria geral, embora não universal, da captura pecuniária dos processos produtivos, concebida como geral desde a origem.

Palavras-chave: Veblen; dicotomia; sabotagem; capitalização; economia institucional original.

Classificação JEL: B15; B31; B52.

ABSTRACT

What do a stock exchange, the Prussian State, and a university have in common in Thorstein Veblen's work? This article shows that all three follow the same mechanism. A productive activity operates by its own criteria but is controlled by agents seeking profit, power, or prestige. They treat control as a stock of future gains, the operation Veblen calls the capitalization of putative earning-capacity, and enhance its value by limiting or diverting the activity on which they depend. In *The Theory of Business Enterprise* (1904), business subordinates industry and makes sabotage a normal course of conduct. *Imperial Germany and the Industrial Revolution* (1915) transfers the structure to the dynastic State, which converts industrial efficiency into warlike power, a later independent application to a new object. *The Higher Learning in America* (1918), born from a chapter of the 1904 manuscript, carries the mechanism into the university, where prestige comes to govern the production of knowledge, a co-original application. The German case changes the controlling agent; the university case changes the controlled activity. This repetition with variation reveals a general, though not universal, theory of the pecuniary capture of productive processes, conceived as general from the origin.

Keywords: Veblen; dichotomy; sabotage; capitalization; original institutional economics.

JEL Classification: B15; B31; B52.

1. Introdução

O que uma bolsa de valores, o Estado prussiano e uma universidade têm em comum? À primeira vista, quase nada. Uma negocia títulos, o outro organiza poder militar e a terceira produz conhecimento. Veblen, porém, viu nos três casos o mesmo conflito: algo é produzido segundo uma lógica própria, mas quem controla a produção busca outra coisa.

Na empresa, a indústria poderia operar com eficiência, mas é administrada para gerar lucro e valorizar ativos. No Estado dinástico, a capacidade industrial serve ao poder bélico e à glória da dinastia. Na universidade, a curiosidade desinteressada cede espaço a matrículas, edifícios, métricas e prestígio. Mudam os objetos e os agentes. A estrutura permanece: uma atividade produtiva é governada por uma camada que depende dela, apropria-se de seus resultados e limita seu funcionamento.

O argumento deste artigo é que essa repetição forma um mecanismo. Ele possui quatro peças. Primeiro, há uma atividade produtiva com critérios próprios. Segundo, uma camada de controle orientada por outra finalidade. Terceiro, o controle é tratado como um estoque de ganhos futuros, operação que Veblen chama de capitalização. Por fim, a atividade é restringida para valorizar esse estoque. Veblen daria a essa restrição o nome de sabotagem. O resultado é instável: quem controla enfraquece a própria fonte de que depende.

Há ainda uma pista retórica. Nos três livros, Veblen sugere que os controladores pouco acrescentam à atividade que governam. O empresário contribui sobretudo de forma negativa; o Estado dinástico tem a utilidade de uma ténia; os conselhos universitários não possuem utilidade material para o trabalho acadêmico. Chamarei essa recorrência de cláusula de superfluidade. As três provocações não são ornamentos: ajudam a reconhecer a mesma estrutura em objetos diferentes.

Essa unidade se perdeu porque cada livro encontrou leitores distintos. *The Theory of Business Enterprise* (doravante, TBE) entrou na história da firma e das crises. *The Higher Learning in America* tornou-se um clássico sobre a universidade gerencial. *Imperial Germany and the Industrial Revolution* foi lido como teoria pioneira do *catching up* (Cypher 2009; Parada 2018). Estudos mais amplos acompanharam temas comuns (Tilman 1996), o método evolucionário (Hodgson 1998) ou a formação de Veblen (Camic 2020), mas não reconstruíram os três livros como aplicações de um único mecanismo. É essa a contribuição proposta aqui.

O critério que orienta o argumento é simples e merece ser enunciado desde o início: uma distinção dotada de condições de aplicação é uma teoria; sem essas

condições, é apenas um vocabulário. A seção seguinte distingue o mecanismo da conhecida dicotomia cerimonial/instrumental. Depois, o artigo o reconstrói em TBE, acompanha sua transformação no Estado prussiano e na universidade, compara as aplicações e indica seus limites. A intenção não é substituir a dicotomia vebleniana, cuja história passa por Hamilton, Ayres, Foster e Dewey (Waller 1982). É recuperar outra ferramenta: uma cadeia causal formada por produção, controle, capitalização, sabotagem e instabilidade. O gesto é aditivo: devolver um instrumento à caixa de ferramentas, não retirar outro.

2. Duas construções, duas perguntas: o mecanismo e a dicotomia

A expressão “dicotomia vebleniana” possui uma história própria. Em Veblen, o contraste entre o pecuniário e o industrial aparece ligado a análises históricas concretas. Hamilton o transforma em instrumento de classificação institucional. Ayres, sob influência de Dewey, reformula-o como oposição entre comportamentos cerimoniais e tecnológicos. Foster e seus alunos fazem dessa oposição a base de uma teoria do valor social (Waller 1982). Em Tool (1979), o valor instrumental se liga à continuidade da vida comunitária. Em Bush (1987), uma estrutura cerimonial pode absorver uma inovação e limitar aquilo que ela seria capaz de fazer.

Essa tradição e o mecanismo de 1904 fazem perguntas diferentes. A dicotomia pergunta: que tipo de valoração sustenta uma prática? O mecanismo pergunta: quem controla uma atividade produtiva, por qual instrumento e com qual resultado? Para responder, ele exige duas camadas com critérios distintos, uma forma de capitalizar o controle e uma restrição que favoreça o controlador. Também explica por que o arranjo se torna instável e admite situações em que não se aplica. Uma construção avalia práticas; a outra descreve uma cadeia causal. Elas não competem.

A diferença aparece naquilo que uma construção não permite deduzir da outra. Classificar uma prática como cerimonial não produz, por si só, a capitalização da capacidade presumida de gerar rendimentos. Também não explica por que limitar a atividade pode beneficiar quem a controla, nem por que esse arranjo tende à instabilidade. Esses elementos formam o resíduo analítico que o rótulo genérico de “dicotomia” deixou fora de uso. Recuperá-los não diminui a tradição posterior; apenas devolve ao vocabulário vebleniano uma ferramenta com estrutura mais determinada.

O encapsulamento cerimonial de Bush chega perto da ideia de captura. Uma estrutura de status absorve a nova tecnologia sem permitir que ela rea-

lize todo o seu potencial. A descrição do resultado coincide, mas o mecanismo acrescenta o cálculo que o produz. O ativo é avaliado pelos rendimentos futuros esperados e, em certas condições, restringir a produção ajuda a valorizá-lo. A sabotagem, portanto, não é apenas a sobrevivência de um hábito arcaico. Pode ser uma estratégia racional de agentes modernos. A capitalização fornece o instrumento, a restrição lucrativa fornece o incentivo e a instabilidade é a consequência dinâmica.

Nitzan e Bichler (2009) se aproximam pelo lado da capitalização. Para eles, capital é poder capitalizado; a propriedade exclui e a renda é o preço cobrado para que a indústria funcione. A sabotagem deixa de ser anomalia e se torna parte normal dos negócios. A diferença está no alcance. Sua teoria pretende abranger todo o capital e rompe a ligação quantitativa entre indústria e valor: o capital capitaliza poder, e somente poder. O mecanismo reconstruído aqui é mais estreito. Precisa de uma atividade capturada, de um estoque acumulável e de uma restrição que beneficie o controlador. Se uma dessas condições faltar, o caso fica de fora. Esse limite evita que toda relação de poder seja tratada como exemplo da mesma coisa.

A diferença é também de projeto intelectual. Nitzan e Bichler constroem, a partir de materiais veblenianos, uma teoria contemporânea com programa empírico próprio. O que se faz aqui é uma reconstrução exegética: mostrar que o próprio Veblen usou o aparato completo em três objetos. Uma linhagem universalizou o lado avaliativo do contraste; a outra universalizou a capitalização ao separá-la do substrato. Nenhuma preservou o acoplamento condicionado entre as camadas, justamente o que permite ao mecanismo admitir casos excluídos e gerar uma previsão dinâmica.

Recuperar esse acoplamento também qualifica o diagnóstico de Rutherford (1998). Talvez Veblen não tenha concluído a grande teoria evolucionária que anunciou. No nível mais modesto dos mecanismos, porém, sua obra madura é menos dispersa do que parece: as mesmas peças reaparecem, com variações controladas, em três livros.

3. O mecanismo em 1904

TBE começa com uma separação simples e poderosa: produzir não é o mesmo que fazer negócios. A indústria reúne os processos materiais e o conhecimento necessários à produção; seu critério é a eficiência. Os negócios obedecem a outro princípio: “O motivo dos negócios é o ganho pecuniário; o método é

essencialmente a compra e a venda” (Veblen 1904, 20).¹ O empresário vebleniano não precisa produzir. Ele controla pontos estratégicos do sistema industrial e administra esse controle para obter lucro. Daí a inversão que organiza o livro: “A indústria é conduzida em função dos negócios, e não o contrário” (26).

Quatro componentes dão ao argumento a forma de um mecanismo. O primeiro é o substrato produtivo: a atividade que efetivamente produz e segue critérios técnicos próprios. Veblen descreve a indústria moderna como uma rede de processos interdependentes, quase um único processo mecânico “abrangente e equilibrado” (Veblen 1904, 25). Nenhuma empresa criou sozinha esse conhecimento. A produção depende de uma herança técnica coletiva e de partes que precisam funcionar em conjunto.

O segundo componente é a camada de controle. Ela governa a produção sem se confundir com ela. Para o homem de negócios, o ponto decisivo não é a utilidade do produto, mas sua “vendabilidade”, isto é, sua conversão em dinheiro (51). Quem produz pergunta se algo funciona e atende a uma necessidade. Quem controla pergunta se pode vendê-lo com ganho. A administração pecuniária, por isso, dissocia os interesses de quem decide dos interesses da comunidade (29).

O terceiro componente é a capitalização. Na economia de crédito, uma empresa não vale apenas por suas máquinas e instalações. A base do valor deixa de ser o equipamento e passa a ser “a capacidade de geração de rendimentos da corporação como empreendimento em funcionamento” (Veblen 1904, 137), de modo que “o núcleo da capitalização não é o custo da planta, mas o *goodwill* da empresa” (138) e o mercado negocia a capacidade presumida de gerar rendimentos (154). Essa mudança altera o objetivo da administração. Se o ativo vale pelo que se espera que renda, produzir mais não é a única maneira de valorizá-lo. Limitar a oferta pode sustentar preços; uma notícia ruim pode baratear o ativo e permitir sua compra. A capacidade industrial deixa de ser o fim e passa a ser instrumento de valorização.

Chegamos, assim, ao quarto componente: a sabotagem. Quando o ganho depende de preços e avaliações, restringir a eficiência pode ser racional. “O fim é o ganho pecuniário; o meio é a perturbação do sistema industrial” (Veblen

¹Todas as citações diretas foram traduzidas pelo autor desta versão e remetem à paginação das primeiras edições. As passagens de *The Theory of Business Enterprise* (Scribner’s, 1904) foram conferidas com a transcrição do Mead Project, da Brock University, que preserva a paginação original; as de *Imperial Germany and the Industrial Revolution* (Macmillan, 1915), com o exemplar da Cornell University Library digitalizado pelo Internet Archive; e as de *The Higher Learning in America* (Huebsch, 1918), com o exemplar da University of Toronto digitalizado pelo Internet Archive. As passagens de Camic (2020) e Teichgraeber (2015) citadas no artigo também foram traduzidas pelo autor.

1904, 28). A classe dos estrategistas pecuniários tem interesse em tornar essas perturbações “grandes e frequentes” (29), e o capitão da indústria, no balanço, “inibe tanto quanto promove” a organização industrial (39).² Sabotagem, aqui, não significa destruir por raiva ou incompetência. Significa retirar eficiência de forma deliberada quando a restrição beneficia os negócios.

Veblen resume o problema em três interesses. A comunidade quer a serventia do produto. A corporação quer sua venda. A administração quer explorar a diferença entre a capacidade efetiva da empresa e o rendimento que o mercado imagina que ela possa gerar (Veblen 1904, 158-161). Seu interesse está afastado “por um grau” do interesse da empresa e “por dois graus” do interesse da comunidade (159). No limite, o administrador pode até parecer incompetente para desvalorizar um ativo e lucrar com sua compra posterior.

O arranjo carrega uma contradição. O valor do ativo repousa sobre rendimentos futuros, mas a estratégia usada para valorizá-lo limita a produção que sustenta esses rendimentos. A crise chega quando o fluxo efetivo já não confirma o estoque capitalizado. Essa instabilidade é parte do mecanismo, não um acidente externo a ele. Se a estrutura reaparece em outro objeto, deve aparecer também uma forma própria de instabilidade.

Também aqui surge a cláusula de superfluidade. Para Veblen, o trabalho empresarial na coordenação industrial é “principalmente de natureza permissiva”, e sua contribuição ocorre “em segundo grau” e é “principalmente de caráter negativo” (Veblen 1904, 44). A afirmação não torna todo empresário inútil. Diz que a produção não depende tecnicamente do critério pecuniário: a contribuição empresarial é indireta e costuma vir acompanhada de restrições criadas pelo próprio sistema de negócios.

Dois livros ajudam a enxergar as camadas, mas não constituem novas aplicações. *The Theory of the Leisure Class* (1899) oferece a anatomia do controle. Dela vêm a emulação, o consumo conspícuo e o ócio conspícuo, formas de status das quais o lucro do promotor, o prestígio do administrador e a glória dinástica são variantes. A classe ociosa é definida pela isenção das ocupações industriais e pela reserva da façanha predatória (*exploit*), a apropriação proveitosa do esforço alheio, como ocupação honorífica. A camada que controla é, portanto, aquela

²A palavra *sabotage* não aparece em TBE. Em 1904, o conceito opera sob os nomes de perturbação, desarranjo, inibição e restrição; o rótulo só entra no vocabulário de Veblen em 1919, com “On the Nature and Uses of Sabotage” (Veblen 1919a), e, depois, em *The Engineers and the Price System* (1921), onde é definido como “retirada conscienciosa de eficiência”. O emprego do termo neste artigo segue a prática consolidada de nomear retrospectivamente o conceito de 1904 com o rótulo de 1919. O conceito precede o rótulo, assim como o mecanismo de 1904 precede o rótulo genérico de “dicotomia”.

que não participa do processo que governa, e essa isenção antecipa a cláusula de superfluidade de 1904.

The Instinct of Workmanship (1914) realiza o movimento simétrico e oferece a anatomia do substrato. O pendor pelo trabalho eficaz e a curiosidade ociosa sustentam atividades com critérios internos. As artes industriais são herança conjunta da comunidade: um estoque de conhecimento que nenhum proprietário individual criou. O livro também mostra como o agente pode interiorizar o critério pecuniário como se fosse técnico, registro distinto do mecanismo, em que a captura nasce do acoplamento entre camadas separadas.

Em 1899 e 1914 aparecem, isoladamente, as duas camadas. Em 1904, 1915 e 1918 aparece o acoplamento entre elas, e é esse acoplamento (produção, controle, capitalização e sabotagem) que define o mecanismo. Tratar os dois primeiros livros como novos casos exigiria afrouxar o mecanismo até que qualquer conflito entre produção e status coubesse nele, exatamente o movimento que o devolveria à condição de vocabulário.

4. A aplicação independente: o Estado dinástico (1915)

Em *Imperial Germany and the Industrial Revolution*, Veblen troca duas peças. A atividade produtiva continua sendo a indústria, mas quem a captura agora é o Estado dinástico, não o empresário. O estoque valorizado, por sua vez, já não possui cotação na bolsa. O caso é importante justamente por isso: mostra se o mecanismo pode funcionar fora da empresa. Se ele sobreviver, a capitalização será uma operação, e não apenas uma instituição financeira específica.

O livro parte de uma pergunta conhecida: por que a Alemanha se industrializou tão depressa no fim do século XIX? Uma parte da resposta está na vantagem do atraso. O país tomou emprestada a tecnologia inglesa já desenvolvida sem herdar toda a desordem acumulada pela nação pioneira. A Inglaterra carregava equipamentos obsoletos, interesses estabelecidos e hábitos de desperdício; a Alemanha recebeu a técnica em estado mais novo e encontrou uma população preparada para utilizá-la.

Mas essa é apenas metade da história. A outra começa com a noção de usufruto. As inovações são criadas socialmente, mas as instituições podem desviar seus benefícios para determinados indivíduos ou classes (Veblen 1915, 23). No caso alemão, a tecnologia tomada de empréstimo é o substrato produtivo. O Estado dinástico prussiano forma a camada de controle. A captura, portanto, não é uma grade imposta ao livro: é a categoria com que Veblen descreve a relação entre as instituições e a técnica.

Veblen apresenta esse Estado como uma transformação da propriedade. O antigo princípio da propriedade passou a conferir ao chefe dinástico o usufruto de toda a comunidade (Veblen 1915, 162). O monarca não cria a capacidade coletiva, mas dispõe dela. Seu controle é ainda mais amplo que o do empresário: em vez de dominar alguns pontos estratégicos, reivindica a força produtiva do país inteiro.

É nesse ponto que surge a imagem mais forte do livro. Vistos apenas como relações de usufruto e submissão, diz Veblen, os serviços do Estado dinástico têm “a mesma natureza que os usos de uma ténia” (164). A ténia vive do organismo que ocupa; não o criou e ainda o debilita. A comparação resume a cláusula de superfluidade no caso político.

A capitalização também muda de forma. Para que a comunidade se torne uma potência, o usufruto da força coletiva é entregue a um agente pessoal com plena discricionariedade (Veblen 1915, 164-165). O excedente industrial passa a ser tratado como reserva de poder futuro. Quanto maior a capacidade de mobilizar pessoas e recursos, maior a legitimidade e o poder bélico da dinastia. No lugar de títulos e *goodwill*, entram prestígio dinástico e capacidade militar. O suporte é outro, mas a operação permanece: administrar o controle como estoque acumulável de ganhos futuros.

Por que chamar de sabotagem o gasto militar? Porque o conceito descreve uma operação, não a intenção psicológica do agente. Em 1904, parte da produção é contida para valorizar um ativo. Em 1915, parte do excedente civil é convertida em armamentos e glória dinástica. Nos dois casos, a serventia da atividade produtiva é limitada para fortalecer quem a controla. O objetivo imediato muda, lucro num caso, dominação no outro, mas a estrutura é a mesma. Como o usufruto integral da força coletiva generaliza o controle dos pontos estratégicos de 1904, chamar o processo de “político” não o retira do mecanismo: muda o motivo da restrição, não a operação. O preço, o prestígio e o poder bélico são critérios distintos da camada de controle, mas todos podem desviar a atividade de sua serventia própria.

Dois detalhes aproximam ainda mais os livros. Veblen elogia os primeiros empresários alemães como “capitães da indústria, e não das finanças” (Veblen 1915, 188). Eles favoreceram a eficiência enquanto permaneceram próximos da produção e distantes das manobras pecuniárias. A Alemanha escapou por algum tempo da captura à inglesa, exercida por empresários e rentistas, apenas para cair na captura dinástica. A linguagem contábil também retorna: a “depreciação por obsolescência”, usada nas empresas, serve para medir o custo de a Inglaterra ter sido pioneira (124).

A vantagem alemã, contudo, não dura. O sucesso cria interesses estabe-

lecidos e hábitos de desperdício semelhantes aos ingleses. Ao mesmo tempo, a dinastia consome em armamentos o excedente que sustenta seu poder. As duas fontes se reforçam e a janela se fecha por dentro: o estoque valorizado corrói o substrato do qual depende. A forma da instabilidade difere da crise financeira de 1904, mas a lógica é idêntica, e o mecanismo não apenas descreve a captura como antecipa o momento em que ela estreita a vantagem que ajudou a tornar possível.

A leitura desenvolvimentista destaca corretamente o empréstimo tecnológico e a vantagem do atraso (Cypher 2009; Parada 2018), mas tende a deixar o Estado dinástico em segundo plano, e sem ele o livro se torna uma teoria aberta da convergência que Veblen não escreveu. A leitura política faz o movimento contrário (Plotkin e Tilman 2011), e sem o empréstimo tecnológico o livro vira apenas um estudo do poder prussiano. O argumento aqui reúne as duas metades. A tecnologia fornece o substrato; o Estado fornece a captura. É a relação entre ambos, e não qualquer parte isolada, que explica tanto a aceleração alemã quanto o fechamento posterior da janela.

5. A aplicação co-original: os capitães da erudição (1918)

The Higher Learning in America troca outra peça: o substrato. Já não se produzem bens, mas conhecimento. Seu critério interno é a investigação desinteressada, que Veblen chama de curiosidade ociosa. O produto não é uma mercadoria, sua eficiência não se mede em unidades físicas e sua razão de ser é extraeconômica. A universidade é o caso mais distante da fábrica e, por isso, mostra com especial clareza que o mecanismo não depende da natureza material daquilo que é capturado.

Antes de examinar o livro, sua história editorial altera o estatuto do caso. A leitura proposta poderia parecer uma retroprojeção: tomar um livro de 1918 sobre universidades e enxergar nele a engrenagem de um livro de 1904 sobre empresas. A resposta é documental. Camic (2020, cap. 8) mostra que, ao reduzir o manuscrito que a Scribner's publicaria como TBE, Veblen retirou "um longo capítulo final no qual havia aplicado sua análise da empresa de negócios às universidades modernas". A partir do material excedente, montou um livro autônomo. A editora o considerou "especializado demais"; o texto ficou guardado por mais de uma década e saiu em 1918, "ligeiramente revisado".

A base documental da rejeição é uma carta de 1905 de Veblen a Jacques Loeb. A partir dela, Dorfman (1934, 141) atribui o parecer negativo a William Rainey Harper, presidente da Universidade de Chicago e possível modelo do capitão da erudição criticado no livro. Teichgraeber (2015), na edição acadêmica

de referência, reconstrói a composição, a publicação e o diálogo de Veblen com a “literatura de protesto dos professores”. Esses estudos tratam sobretudo da história intelectual da universidade; o ponto decisivo aqui é o lugar do material na arquitetura de 1904.

A consequência é dupla. *The Higher Learning* não constitui uma aplicação posterior de um mecanismo já pronto, mas uma aplicação co-original, realizada no mesmo processo de escrita. Em compensação, oferece algo que nenhum caso posterior poderia dar. Se a análise da empresa já vinha acompanhada por um capítulo sobre a universidade, a generalidade do mecanismo não é invenção do intérprete: Veblen a pressupôs desde a origem. O que chegou ao público como teoria da firma era, no manuscrito, uma teoria da captura pecuniária com dois objetos. A separação editorial dos livros ajudou a criar os compartimentos de leitura descritos na introdução.

O próprio vocabulário denuncia a transposição. Os administradores são “capitães da erudição”, paródia explícita dos capitães da indústria. A universidade é concebida como “uma casa de negócios que comercializa conhecimento vendável”, dirigida por um capitão encarregado de extrair dos meios disponíveis a maior produção viável (Veblen 1918, 85). A analogia escolhida por Veblen não é a fábrica, mas a loja de departamentos: o ramo mais puro da atividade de vendas e um dos mais distantes da produção.

O substrato é a pesquisa guiada pela curiosidade ociosa. A camada de controle reúne conselhos compostos por homens de negócios e chefes executivos que administram a instituição segundo critérios empresariais. Eles não produzem conhecimento, mas controlam orçamento, contratações, promoções e demissões. Veblen é direto: os conselhos não têm “utilidade material em nenhuma relação” e sua única função efetiva é interferir em assuntos acadêmicos que não possuem natureza empresarial (Veblen 1918, 66). É a cláusula de superfluidade em sua forma universitária. O instrumento da captura também é explícito: grande parte da supervisão do trabalho acadêmico ocorre pelo controle do orçamento (80).

O ativo capitalizado é o prestígio, e não se trata de uma metáfora empresarial dispersa pelo livro. Em uma única sequência, Veblen retoma a teoria do *goodwill* de 1904 e descreve a reputação acadêmica como algo que pode ser somado como agregado presumido e “capitalizado como ativo intangível”, um corpo de “ilusões acumuladas e comercializáveis” (Veblen 1918, 136). Matrículas, doações, edifícios, publicidade e credenciais tornam-se investimentos em notoriedade futura, que ocupa aqui o lugar da capacidade presumida de gerar rendimentos. Do ponto de vista do bem comum, a corrida produz “desperdício inútil” (137).

A sabotagem aparece quando a instituição organiza o conhecimento em função do prestígio. Recursos saem da pesquisa e vão para a fachada. O ensino vira contabilidade de créditos e notas. A visibilidade pesa mais que a qualidade acadêmica. O conhecimento não pode desaparecer, pois o prestígio depende dele; sua produção, porém, é restringida e deformada, assim como a produção de bens na empresa.³

Os exemplos de Veblen são concretos e mostram a sabotagem em funcionamento, não apenas como acusação geral. Bolsas destinadas ao estudo desinteressado tornam-se instrumentos de concorrência: as universidades rivais disputam bolsistas para inflar as estatísticas da pós-graduação (Veblen 1918, 130). Bibliotecas e laboratórios ficam sem recursos enquanto edifícios ornamentais crescem. Em um caso extremo, a economia administrativa causa dano físico a um laboratório.⁴ Em cada caso, o critério do prestígio seleciona o uso dos recursos e reduz a capacidade do substrato.

Também retorna a instabilidade. Veblen descreve a universidade capturada como “um compromisso instável entre as exigências da aptidão acadêmica e as da empresa competitiva, com resultado duvidoso e mutável” (Veblen 1918, 174). O prestígio precisa de cientistas com reputação genuína, mas são justamente eles que resistem à contabilidade que os capitaliza. A gestão não pode dispensar os pesquisadores e tampouco consegue submetê-los por completo. Por isso os ideais acadêmicos continuam “cedendo terreno, em grau incerto e variável, diante da pressão das exigências empresariais” (190): o compromisso muda de forma, mas não elimina a tensão que o produz.

A literatura contemporânea reencontrou muitos desses sintomas: capitalismo acadêmico (Slaughter e Leslie 1997), comercialização do ensino e da pesquisa (Bok 2003) e expansão do poder administrativo (Ginsberg 2011). Quando *The Higher Learning* aparece nesses estudos, costuma ser citado como precursor profético e arquivado como panfleto. O que se perde é aquilo que o livro possui de teoria. A corporatização não surge como fenômeno recente, simples desvio de

³Convém resistir à tentativa de ilustrar esse ponto com a lenda sobre o ensino de Veblen, difundida desde Dorfman (1934), segundo a qual ele atribuía a mesma nota a todos os estudantes, numa espécie de recusa performática em fornecer o insumo capitalizado pela contabilidade acadêmica. Camic (2020, cap. 8) examina as cinco acusações recorrentes contra Veblen como professor e conclui que, à exceção de sua dicção, nenhuma resiste ao exame documental, inclusive a política de notas. O argumento deste artigo trata da estrutura do livro, não da biografia do autor, e nada nele depende da lenda.

⁴No exemplo extremo relatado por Veblen (1918, 140-141, cap. 4, nota 1), a administração de uma universidade mandou vedar a entrada de ar externo do sistema de ventilação de um laboratório de ciências biológicas para economizar combustível, adoecendo repetidamente a equipe científica por mais de uma estação. Trata-se de sabotagem no sentido técnico de TBE: restrição deliberada da capacidade produtiva por conveniência pecuniária, aqui com dano material direto ao substrato.

missão ou falha de governança corrigível por melhor gestão. Ela é o resultado esperado quando critérios de prestígio governam a produção do conhecimento.

A diferença é de estatuto. Uma lista de sintomas conduz a uma agenda de reforma administrativa: corrigir incentivos, redesenhar métricas, trocar gestores. O mecanismo prevê que essas reformas falharão quando forem conduzidas pela mesma camada e avaliadas pelo mesmo estoque de prestígio. Não porque toda mudança seja inútil, mas porque a gestão que se apresenta como remédio também é o instrumento da captura. A instabilidade explica por que o conflito retorna sob novas métricas e novas fachadas.

6. O desenho das aplicações e as condições de exclusão

Em conjunto, as duas aplicações formam um desenho reconhecível. O caso de 1915 conserva o substrato, a tecnologia industrial, e altera o agente da captura e o suporte da capitalização. O caso de 1918 conserva a forma empresarial do agente, conselhos e executivos que administram segundo princípios de negócio, e altera radicalmente o substrato. Nas duas variações, os quatro componentes reaparecem, a cláusula de superfluidade é formulada pelo próprio Veblen e a instabilidade é prevista. O padrão, e não a simples repetição de palavras, sustenta a ideia de uma aplicação posterior e independente em 1915 e de uma aplicação co-original em 1918.

A comparação vai além de uma coleção de analogias. Em 1915, Veblen leva o aparato construído sobre a empresa norte-americana a um objeto que não participou de sua formulação. As mesmas peças reaparecem sem que o Estado prussiano seja tratado como empresa ou possua ações negociadas. Em 1918, o vínculo é ainda mais forte: a aplicação à universidade nasceu dentro do manuscrito de 1904. O primeiro caso mostra que o mecanismo sobrevive à troca do controlador; o segundo, que sobrevive à troca daquilo que é produzido.

Chamar o caso alemão de aplicação independente não importa para a história das ideias o sentido econométrico de um teste. A afirmação é mais modesta. Um aparato construído sobre a empresa norte-americana é levado pelo próprio autor a um novo objeto, sem que suas partes sejam alteradas, e suas implicações dinâmicas reaparecem. As quatro peças e a instabilidade estão no texto de 1915; não foram acrescentadas pelo intérprete. A independência diz respeito ao objeto da aplicação, não a uma pretensão de estimação ou falseamento experimental.

A principal dúvida está na capitalização. O Estado prussiano não possui ações negociadas, e o prestígio universitário não tem cotação. Como falar da

Tabela 1. O mecanismo nas três aplicações

Componente	TBE (1904)	<i>Imperial Germany</i> (1915)	<i>Higher Learning</i> (1918)
Substrato	processo industrial (processo da máquina)	tecnologia industrial tomada de empréstimo	conhecimento (curiosidade ociosa)
Camada de controle	empresário e promotor	Estado dinástico prussiano	conselhos dirigentes e capitães da erudição
Suporte da capitalização	mercado de capitais; <i>goodwill</i>	legitimidade dinástica e poder bélico	prestígio acadêmico
Sabotagem	restrição da eficiência e da produção	dissipação bélica do excedente civil	fachada e métricas contra a pesquisa
Instabilidade	crise: o fluxo deixa de validar o estoque	uma janela que o próprio sucesso fecha por dentro	compromisso instável entre vida acadêmica e empresa
Cláusula de superfluidez	“principalmente de caráter negativo” (44)	“os usos de uma ténia” (164)	“sem utilidade material em nenhuma relação” (66)

Fonte: elaboração do autor. Os números de página referem-se às primeiras edições.

mesma operação? A resposta é separar a operação de seu suporte. Na empresa, o mercado avalia o controle pelos rendimentos esperados. Nos outros casos, poder e prestígio também são acumulados e administrados em função de ganhos futuros, embora não sejam vendidos. A bolsa é uma forma institucional da capitalização, não a única. O mecanismo exige a lógica da capitalização, e não um suporte financeiro específico.

O próprio Veblen marca essa distância no caso universitário. A publicidade acadêmica não guarda relação de equivalência com um volume de negócios lucrativos (Veblen 1918, 138). Seu retorno financeiro mais plausível, impressionar potenciais doadores, é uma atividade altamente especulativa, comparável a uma loteria (139). A capitalização sem bolsa, portanto, não é uma licença da leitura: é uma característica do próprio caso descrito por Veblen.

O mesmo esclarecimento vale para a palavra “pecuniário”. No uso cotidiano, ela significa monetário. Em Veblen, é mais ampla: descreve uma valoração cumulativa fundada na propriedade, na emulação e na comparação de status. O dinheiro é seu suporte moderno mais comum, não sua definição. A dinastia

transforma o princípio da propriedade em domínio sobre a comunidade (Veblen 1915, 162); a universidade acumula prestígio mesmo quando o retorno financeiro é incerto. Glória, poder e prestígio podem funcionar como estoques emulativos ainda que não tenham preço. Por isso a captura dinástica é pecuniária em sentido próprio: a política dinástica é a forma assumida por essa valoração quando o objeto do usufruto é a comunidade inteira.

Outra dúvida atinge a superfluidade. Se o empresário às vezes organiza a indústria, como chamá-lo de dispensável? Veblen não afirma que sua contribuição seja sempre nula. Diz que ela é principalmente permissiva e negativa (Veblen 1904, 44). Muitas vezes o empresário resolve duplicações e conflitos que a própria camada de negócios criou. O serviço existe, mas é um ganho de segunda ordem diante de um custo de primeira ordem. O caso alemão confirma o ponto: os empresários são mais úteis quando agem como “capitães da indústria, e não das finanças” (Veblen 1915, 188). A contribuição positiva cresce quando a captura pecuniária diminui.

O mecanismo, portanto, tem limites. Um conflito distributivo sem atividade produtiva capturada não basta. Controle sem estoque acumulável também não. E, se restringir a atividade prejudica o controlador, desaparece o incentivo que torna a sabotagem uma conduta normal. A teoria é geral, mas não universal. Um caso com todas as peças e sem qualquer forma de instabilidade contaria contra a interpretação proposta.

Os escritos posteriores a 1918 marcam a outra fronteira. Em *The Vested Interests* (1919b), *The Engineers and the Price System* (1921) e *Absentee Ownership* (1923), Veblen já apresenta de modo explícito o vocabulário dos ativos intangíveis, da capitalização e da sabotagem. Esses livros confirmam a leitura, mas não constituem novas aplicações independentes: enunciam a teoria geral que antes aparecia incorporada a objetos concretos. *Absentee Ownership* chega a oferecer um caso próximo, a pequena cidade subordinada à propriedade ausente, mas o exemplo aparece dentro de um livro que já expõe o mecanismo como doutrina. Seu estatuto é outro: mostra que Veblen passou a formular abertamente aquilo que, em 1904, estava incorporado ao estudo da empresa.

O percurso pode ser lido em três movimentos. Os livros de 1899 e 1914 descrevem separadamente o controle e a produção. Os de 1904, 1915 e 1918 colocam as duas camadas em relação. Os escritos de 1919 a 1923 formulam a doutrina de modo aberto. O conjunto não transforma Veblen no autor de um sistema total. Mostra, porém, que sua obra madura possui um programa mais organizado do que a leitura fragmentada costuma admitir.

7. Conclusão

Uma empresa, um Estado dinástico e uma universidade parecem objetos distantes. Nos três, porém, Veblen conta a mesma história. Uma atividade funciona segundo critérios próprios. Sobre ela se instala uma camada de controle que busca lucro, poder ou prestígio. Para valorizar esse controle, a camada limita ou desvia a atividade da qual depende.

As imagens de Veblen tornam a repetição visível. O empresário contribui “principalmente de caráter negativo”; o Estado dinástico se comporta como uma ténia; os conselhos universitários não possuem “utilidade material em nenhuma relação”. Não são apenas insultos bem escolhidos. As três imagens dizem que o critério do controlador é externo ao processo que ele governa. Três objetos, três livros, a mesma sentença estrutural.

TBE contém, assim, mais do que uma teoria da empresa. Contém uma teoria geral, embora não universal, da captura pecuniária dos processos produtivos. A aplicação à universidade já existia no manuscrito de 1904. Uma década depois, o caso alemão mostrou que o mecanismo sobrevivia à troca do empresário pelo Estado. Formulado em 1904 e reativado em duas aplicações com variação controlada de parâmetros, o instrumento também oferece uma resposta parcial ao diagnóstico de que faltaria sistema à obra madura de Veblen (Rutherford 1998). O critério enunciado na introdução retorna, assim, como conclusão: o que se recupera não é um rótulo, mas um instrumento com partes, condições de aplicação e casos excluídos; isto é, uma teoria, e não um vocabulário.

O mecanismo também ajuda a ler o presente. A financeirização das empresas, os regimes de métricas acadêmicas e a captura estatal de tecnologias são candidatos naturais a novas aplicações. O caso alemão acrescenta uma lição incômoda: a vantagem do atraso pode ser uma janela que o próprio sucesso fecha, ao criar interesses capazes de dissipar a capacidade recém-construída. A bolsa de valores, a ténia e o capitão da erudição não são três curiosidades. São três portas de entrada para o mesmo problema moderno.

Referências

- Bok, Derek. 2003. *Universities in the Marketplace: The Commercialization of Higher Education*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Bush, Paul D. 1987. "The Theory of Institutional Change." *Journal of Economic Issues* 21 (3): 1075-1116.
- Camic, Charles. 2020. *Veblen: The Making of an Economist Who Unmade Economics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Cypher, James M. 2009. "On the Income Gap between Nations: Was Veblen the First Development Economist?" *Journal of Economic Issues* 43 (2): 361-370.
- Dorfman, Joseph. 1934. *Thorstein Veblen and His America*. New York: Viking Press.
- Ginsberg, Benjamin. 2011. *The Fall of the Faculty: The Rise of the All-Administrative University and Why It Matters*. New York: Oxford University Press.
- Hodgson, Geoffrey M. 1998. "On the Evolution of Thorstein Veblen's Evolutionary Economics." *Cambridge Journal of Economics* 22 (4): 415-431.
- Nitzan, Jonathan, and Shimshon Bichler. 2009. *Capital as Power: A Study of Order and Creorder*. London: Routledge.
- Parada, Jairo J. 2018. "Veblen's Imperial Germany and the Industrialization of Latin America." *Journal of Economic Issues* 52 (3): 637-652.
- Plotkin, Sidney, and Rick Tilman. 2011. *The Political Ideas of Thorstein Veblen*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Rutherford, Malcolm. 1998. "Veblen's Evolutionary Programme: A Promise Unfulfilled." *Cambridge Journal of Economics* 22 (4): 463-477.
- Slaughter, Sheila, and Larry L. Leslie. 1997. *Academic Capitalism: Politics, Policies, and the Entrepreneurial University*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Teichgraeber, Richard F., III, ed. 2015. *The Higher Learning in America: The Annotated Edition: A Memorandum on the Conduct of Universities by Business Men, by Thorstein Veblen*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Tilman, Rick. 1996. *The Intellectual Legacy of Thorstein Veblen: Unresolved Issues*. Westport, CT: Greenwood Press.
- Tool, Marc R. 1979. *The Discretionary Economy: A Normative Theory of Political Economy*. Santa Monica, CA: Goodyear Publishing Company.
- Veblen, Thorstein. 1899. *The Theory of the Leisure Class: An Economic Study in the Evolution of Institutions*. New York: Macmillan.
- Veblen, Thorstein. 1904. *The Theory of Business Enterprise*. New York: Charles Scribner's Sons.

Veblen, Thorstein. 1914. *The Instinct of Workmanship, and the State of the Industrial Arts*. New York: Macmillan.

Veblen, Thorstein. 1915. *Imperial Germany and the Industrial Revolution*. New York: Macmillan.

Veblen, Thorstein. 1918. *The Higher Learning in America: A Memorandum on the Conduct of Universities by Business Men*. New York: B. W. Huebsch.

Veblen, Thorstein. 1919a. "On the Nature and Uses of Sabotage." *The Dial* 66 (April 5): 341-346.

Veblen, Thorstein. 1919b. *The Vested Interests and the State of the Industrial Arts*. New York: B. W. Huebsch.

Veblen, Thorstein. 1921. *The Engineers and the Price System*. New York: B. W. Huebsch.

Veblen, Thorstein. 1923. *Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times: The Case of America*. New York: B. W. Huebsch.

Waller, William T., Jr. 1982. "The Evolution of the Veblenian Dichotomy: Veblen, Hamilton, Ayres, and Foster." *Journal of Economic Issues* 16 (3): 757-771.